



Mergulhada em crise, saúde vê ajuda federal chegar tarde

Síntese: *Mais uma vez, o governo do PT demonstrou que só age quando o caos já está instalado: foi preciso a crise na saúde atingir níveis alarmantes para que fossem liberados recursos paliativos. A raiz do problema é o financiamento insuficiente do setor: sem a regulamentação da emenda 29, que estipulou percentuais mínimos de receitas a serem investidos por União, estados e municípios, o gasto per capita no país é bem menor que em nações muito mais pobres. Se tais regras já vigorassem, a saúde teria mais R\$ 30 bilhões disponíveis este ano. Como parte da deterioração, o país tem hoje o mesmo número de leitos para internação que tinha 30 anos atrás.*

Parece cada vez mais claro que o governo Lula só age, quando age, sob pressão. A crise aguda por que passa o sistema público de saúde no Nordeste – mas que também atinge estados como Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rio Grande do Sul – demonstra isso. Catástrofe anunciada há meses, só no início de setembro obteve da administração federal ajuda financeira, ainda assim depois de muita resistência por parte da equipe econômica. Repete-se, neste episódio, padrão que marca a atuação governamental, por exemplo, desde o início do ainda inacabado apagão aéreo.

Os problemas na saúde vêm se agravando a olhos vistos. A maior razão disso é o financiamento insuficiente do setor: o padrão brasileiro fica aquém até do de economias mais pobres que a nossa. As conseqüências são atendimentos cada vez mais precários, equipes médicas cada vez mais reduzidas e um número cada vez menor de hospitais dispostos a prestar serviços por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). É pouco para que o governo petista tome uma atitude, mas serve para que ele aproveite para tentar aumentar ainda mais sua sanha arrecadatória.

Acenando com o caos, o governo Lula vem pressionando o Congresso a aprovar mais uma prorrogação da CPMF, sob alegação de que, sem os quase R\$ 40 bilhões que o tributo arrecada, não será possível sequer preservar os níveis já insuficientes de investimento em saúde. O governo não demonstra, porém, igual ímpeto em adotar instrumentos mais perenes – e menos danosos para a economia como um todo – capazes de dar estabilidade e melhores condições de funcionamento ao sistema de saúde.

Emenda 29, ainda sem efeitos

Há apenas sete anos, as perspectivas para a saúde pareciam muito mais promissoras. Em 2000 o Congresso aprovou a emenda constitucional nº 29, que destina determinados percentuais da receita de União, estados e municípios para o setor. Até hoje, porém, o texto não foi regulamentado, dando brecha a seguidas burlas por parte do governo. Muito dinheiro que deveria ter sido usado para aparelhar hospitais, construir ambulatórios e ampliar leitos acabou esterilizado, convertido em superávits fiscais destinados a pagar juros da dívida.

O desalento de profissionais de saúde com o exercício da medicina é decorrência direta desse descaso. É gritante, apenas para ficar em alguns exemplos, a defasagem dos valores pagos pelo SUS por procedimentos realizados na rede pública de saúde. Enquanto a tabela médica foi reajustada em 37% desde a adoção do Plano Real, em 1994, até o ano passado, a inflação no mesmo período atingiu 418%, conforme levantamento feito pela UFRGS. Por uma consulta, repassa-se R\$ 7,55, suficientes para cobrir apenas um terço dos custos; por uma cirurgia de hérnia, R\$ 40 e por um raio-X, R\$ 4,91, serviço que custa seis vezes mais a um hospital.

A crise é geral. As Santas Casas, que em milhares de municípios brasileiros são a única opção de atendimento médico, encontram-se mergulhadas em problemas. Devem algo como R\$ 1,8 bilhão, segundo a confederação que representa o setor. Dezenas já fecharam. Não é só. Os 45 hospitais universitários federais do país acumulam dívida próxima a R\$ 450 milhões. Desses, só dois não estão no vermelho e mais de 90% atendem com menos funcionários que o necessário.

Recursos insuficientes

Cálculos apresentados no Conselho Nacional de Saúde indicam que, desde 2000, pelo menos R\$ 5,2 bilhões deixaram de ser investidos em ações de saúde, levando-se em conta o piso de gastos previsto na Constituição. Parte considerável desse montante deve-se ao contingenciamento imposto pelo governo Lula ao setor este ano, de R\$ 5,9 bilhões. O número, no entanto, parece conservador. Para engordar os dispêndios setoriais, tornou-se comum entre os gestores públicos incluir nas despesas de saúde itens tão díspares quanto bolsas assistencialistas, saneamento e distribuição de alimentos. Só em 2005, por exemplo, R\$ 2 bilhões do Bolsa Família foram computados como investimento em saúde – algo que, definitivamente, não são.

Não é de hoje que os segmentos envolvidos com a saúde no Brasil lutam para que a emenda 29 – elaborada pelo então ministro da Saúde, José Serra – seja regulamentada. Quando ainda estava na oposição, o PT também tinha interesse pelo tema: curiosamente, o primeiro projeto de lei apresentado na Câmara na gestão Lula (o PLP nº 01/2003) versava exatamente sobre isso. Seu autor é o deputado petista Roberto Gouveia.

Tal proposta estabelece que a União deve aplicar 10% da sua receita corrente bruta em saúde. Em números correntes, significaria gastar R\$ 65 bilhões com o setor este ano. A realidade está distante disso. O piso estipulado no projeto equivale a valor 62% maior do que os R\$ 40 bilhões efetivamente previstos no Orçamento federal para a saúde brasileira em 2007.

Parte de estados e municípios também investe menos que o estabelecido. Pela proposta de regulamentação da emenda 29, os primeiros aplicariam 12% da sua receita com impostos e transferências constitucionais, o que resultaria em mais R\$ 5 bilhões para o sistema de saúde este ano. Ainda assim, governos estaduais e prefeituras vêm assumindo parcelas crescentes do financiamento do setor no país: nos últimos três anos passaram a responder por mais de metade das contrapartidas de financiamento do SUS, com quinhão decrescente da União.

Abaixo da média

Se o dinheiro previsto na lei estivesse disponível para ser aplicado, o país passaria a investir em saúde algo como US\$ 250 e US\$ 300 per capita. Hoje aplica-se entre US\$ 150 e US\$ 200 por pessoa, o que torna os dispêndios brasileiros com tais ações equivalentes à metade do que gastam, por exemplo, países como Uruguai, Argentina, Panamá e Costa Rica. De acordo com estudo feito pelo Banco Mundial em 2002, em percentual de PIB os gastos públicos com saúde no Brasil situam-se em 3,6%. Tal desempenho deixa o país em 128º lugar numa lista que tem 191 nações; na América Latina e Caribe, só cinco conseguem sair-se pior do que o Brasil.

Um dos reflexos dos investimentos deficientes na saúde é a aguda queda no número de leitos disponíveis para internação no país. Existem hoje tantas unidades quanto existiam 30 anos atrás: 443.210, segundo o IBGE. Entre 1992 e 2005 houve redução de 101.147 leitos. Parte disso corresponde a uma tendência observada nos procedimentos médicos contemporâneos em todo o mundo, mas por qualquer ângulo que se olhe uma queda de quase 19% em pouco mais de uma década num país carente como o Brasil soa exagerada. Tanto que, nesse item, apenas oito estados cumprem os parâmetros mínimos de cobertura preconizados pelo Ministério da Saúde.

Nunca é demais lembrar que, em 2001, as ações empreendidas pelo Ministério da Saúde no governo Fernando Henrique Cardoso levaram José Serra a ser laureado, pela ONU, o melhor ministro da Saúde do mundo. Muitas eram as conquistas que justificavam a escolha. É lamentável verificar, tão pouco tempo depois, que parte importante do que foi alcançado em termos de melhoria das condições de atendimento da população brasileira encontra-se em estado de deterioração. A crise na saúde gestada sob Lula é uma herança que os mais carentes não têm como suportar.



"Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV" é uma publicação quinzenal do Instituto Teotônio Vilela.
Caso não queira voltar a recebê-la, clique [aqui](#).
Se preferir, basta responder este e-mail preenchendo o campo Assunto com a palavra "Cancelamento" e seu endereço será excluído de nossa lista.

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA

Instituto Teotônio Vilela . Senado Federal Anexo 1 - 17º andar - Sala 1707 . Cep 70165-900 . Brasília - DF . Tel.: (61) 3311-3986 / 3311-4338 / 3224-5282 / 3323-7990 . Fax: (61) 3311-3891 . e-mail: itv@itv.org.br . site: www.itv.org.br